

EX TROPICIS



INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Spot News

Semana de 29 de novembro a 05 de dezembro, 1991

RIO-92

Coordenador da conferência das ONGs na Rio '92 teme falta de apoio empresarial

Caso o setor empresarial carioca e brasileiro não continuar a apoiar o Fórum Global '92, a conferência paralela à Rio '92, ela não acontecerá, já que empresários estrangeiros não se mobilizariam para fazer um evento no Brasil. A previsão é do coordenador internacional do fórum, Warren Lindner. O coordenador acredita que o custo total do fórum seria entre sete e dez milhões de dólares. Como não se sabe ao certo quantos eventos paralelos irão ocorrer, Lindner não pôde informar à Agência Estado o custo exato da montagem.

Com custos variando de um a cinco milhões de dólares, será escolhida esta semana uma das quatro propostas de construção da infra-estrutura para os acontecimentos paralelos à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O fórum paralelo espera reunir pelo menos 15,000 pessoas durante os 12 dias da conferência. Mais de 70 eventos já estão confirmados, reunindo setores dos mais variados da sociedade civil.

POVOS DA FLORESTA

Malária ataca índios Macuxi

A maior parte dos índios da nação Macuxi, em Roraima, fronteira com a Guiana, está com malária. O Núcleo de Direitos Indígenas, com sede em Brasília, denunciou que o número de casos aumentou em consequência da invasão da reserva Raposa-Serra do Sol por garimpeiros, que também contaminaram os índios com Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Atualmente, 561 índios Macuxi estão com malária.

De acordo com o Núcleo de Direitos Indígenas, que encaminhou a denúncia à Procuradoria-Geral da República exigindo providências, o Ministério da Saúde não repassou à Fundação Nacional do Índio (Funai) medicamentos ou sanitaristas para tratar os doentes. Os índios Macuxi estariam sendo tratados apenas por missionários de religiões evangélica ou católica.

Na aldeia de Maturucá, próxima a Raposa-Serra do Sol, os 219 índios que moram no local estão com malária. Em Maloquinha, outra aldeia próxima, os 12 índios do lugar também contraíram a doença. Apenas na aldeia de Cumanã, onde vivem 66 índios Macuxi, o número de ocorrências de malária foi menor, com 23 casos este ano.

Polêmica sobre demarcação da área Ianomami continua

Elogio - O presidente Fernando Collor recebeu ontem um carta do comitê intertribal agradecendo a demarcação do território yanomami. A mensagem, assinada por dezenas de lideranças indígenas elogia a decisão presidencial que, segundo eles, superou todas as expectativas contrárias ao ato de demarcação do território yanomami.

As lideranças indígenas lamentam a situação de saúde dos "irmãos yanomamis" já que muitos estão doentes depois do contato com os brancos, mas garante que o presidente teve a "capacidade humana de mostrar a todos o caminho que um governante deve seguir".

Verbas - Poderá faltar dinheiro para a demarcação da área ianomami se o orçamento aprovado no Congresso não incluir o pedido de suplementação orçamentária da Funai. O presidente Fernando Collor recomendou que a demarcação do território ianomami se realize até maio do próximo ano. Mas se o dinheiro não sair até dezembro os técnicos da Funai acham difícil cumprir este prazo e temem novas invasões na área.

"Não há sintonia entre a bancada governista e a determinação do presidente" alertou na terça-feira (03) o deputado Tuga Angerani (PSDB-SP), um dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a internacionalização da Amazônia. Segundo Tuga, dos Cr\$ 10 bilhões solicitados pela Funai para o próximo ano foram aprovados menos de Cr\$ 700 milhões, embora o sub-relator do projeto tenha sido o senador Lucídio Portella (PDS-PI).

Bolo - Representantes de 10 nações indígenas "levaram o bolo" quinta-feira (05) do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). A reunião marcada para as 11h00, no gabinete da liderança do partido, não aconteceu. O deputado entrou na fila para os cumprimentos de final de ano ao presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto, e de lá preferiu seguir para casa, onde coordenou um debate com parlamentares da Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso. Os índios queriam pedir ao relator-geral da Comissão que fossem liberados os Cr\$ 8,5 bilhões necessários para a demarcação de áreas indígenas e custeio de diversas atividades. A Comissão aprovou apenas Cr\$ 700 milhões.

Sem ações concretas - O presidente Fernando Collor determinou a suspensão da licitação da Funai que convoca empresas para iniciar a demarcação da área dos índios ianomami em Roraima. Segundo o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o Gabinete Civil da Presidência ouviu o Tribunal de Contas da União e determinou a suspensão da licitação por entender que ela não poderia ter sido feita antes que os recursos para a demarcação, Cr\$ 2 bilhões em créditos suplementares, fossem votados pelo Congresso. O Ministro Jarbas Passarinho prestou depoimento ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a internacionalização da Amazônia e surpreendeu até o presidente da Funai, Sidney Possuelo, ao confirmar a suspensão da licitação.

ACIDENTES

Carga de corrosivos cai de caminhão e causa a riacho na Bahia

Uma carga de 300 mil litros de tolueno sulfônico, produto químico corrosivo e tóxico utilizado na fabricação de detergentes, escorreu na madrugada de quinta-feira (05) de um caminhão-tanque que tombou na rodovia Ba-512, no perímetro urbano da cidade de Camaçari, região metropolitana de Salvador. O produto escorreu por cerca de 200 metros queimando a vegetação às margens da rodovia e atingiu um riacho matando os peixes.

Equipes de empresas petroquímicas, defesa civil de Camaçari e Centro de Recursos Ambientais do Estado continuavam no local do acidente até o final da tarde de quinta-feira (05), tentando neutralizar os efeitos do tolueno sulfônico que tem ácido sulfúrico em sua fórmula. O riacho atingido pelo produto corrosivo deságua no rio Joanes, responsável por parte do abastecimento de água de Salvador.

DEPREDAÇÃO

Guerra na indústria de pesca carioca

A Baía de Sepetiba, litoral fluminense, criadouro natural do maior número de espécimes de peixes do país, está em meio a uma guerra declarada entre a tecnologia moderna, a tradicional e a pesca predatória. O Governo Japonês, através da sua Agência de Cooperação Internacional (Jica), está investindo US\$ 860 mil (Cr\$ 684,99 milhões) num projeto para ensinar aos pescadores artesanais técnicas de criação de peixes em cativeiro. Lideranças dos pescadores, no entanto, estão boicotando o projeto e ameaçando os que aderem, sob alegação de que se trata de um disfarce para facilitar a pesca predatória, que dizima os cardumes sob as vistas de fiscais "inoperantes e corruptos", e que a tecnologia estrangeira inviabilizará a atividade.

Há 50 anos, o Japão vem desenvolvendo a tecnologia de viveiros flutuantes que quer repassar ao Brasil. A fase inicial do projeto, com duração prevista para três anos, prevê criação de tainhas - com produtividade anual de 60 mil peixes de um quilo para cada quatro reprodutores - e estocagem de iscas vivas (sardinhas boca torta) para a captura de atum. As tainhas, a exemplo do gado confinado, são de carne nobre, de maior valor no mercado. No Japão, da produção anual de 12 milhões de toneladas de pescado, 1,5 milhão são de aquicultura, disse o engenheiro de pesca japonês Ryoichi Ideguchi, perito da Jica que está no Brasil orientando o projeto.

Esse repasse tecnológico, a fundo perdido, que já foi desenvolvido em outros países com potencial pesqueiro, como o Chile e Peru, encontra a resistência de pescadores artesanais como Elpídio Ezequiel Moreira, 77 anos, desde os nove anos de idade traba-

lhando na atividade. Ele até aceita a nova tecnologia mas acha que primeiro é necessário acabar com a pesca predatória.

DESPOLUIÇÃO

Os governos do Brasil e da França assinarão acordo de cooperação técnica até o início de 1992 para que o Rio Paraíba do Sul seja totalmente despoluído. A informação foi dada segunda-feira (02) pelo coordenador do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), Vinícius Benevides, durante a primeira reunião com uma equipe técnica francesa, realizada na Companhia de Pesquisas e Recursos Naturais (CPRN), no Rio. Benevides informou que a arrecadação dos recursos para o empreendimento está sendo analisada, mas adiantou que a cobrança da tarifa de consumo de água será alterada com base em uma série de critérios.

Sobre a tarifa a ser cobrada após a conclusão dos trabalhos Benevides disse que "dependerá da variação do consumo, de peculiaridades regionais e de parâmetros físicos e químicos dos afluentes", que serão analisados durante os estudos. O coordenador da Dnaee informou que a França repassará ao Brasil a tecnologia que dispõe desde 1964 para a despoluição de seus rios. Ele disse que durante os trabalhos pelo menos 50 missões francesas virão ao Brasil, onde a França manterá três técnicos permanentemente. Segundo Benevides, ainda não é possível calcular quanto a despoluição do Paraíba do Sul custará.

SAÚDE

Estudo norte-americano está por trás da epidemia de cólera

A epidemia de cólera que assola a América do Sul pode ser atribuída à falta do uso de cloro na água de Lima, capital do Peru, segundo artigo na revista de ciência inglesa, *Nature*. No ano passado, autoridades peruvianas suspenderam o uso de cloro na água da capital depois de lerem um relatório da agência de proteção ambiental norte-americana, EPA, atribuindo propriedades cancerígenas ao produto.

De acordo com a Organização Pan Americana de Saúde, diz o artigo, a epidemia já causou a morte de 3,516 pessoas desde janeiro. O Estados Unidos e organismos internacionais de saúde acusaram autoridades peruvianas de terem cometido um erro sem proporções ao deixarem de clorinar o reservatório de água de Lima. Apesar da cidade ter um bom sistema de filtração de água, canos antigos e poços abertos permitiram que a bactéria da cólera se infiltrasse no sistema mesmo depois de filtrado. O cloro é um desinfetante e teria protegido o sistema, ainda que exposto à bactéria.